

## **Mediações da alteridade: direitos, tradições e fronteiras**

### **1. Encontros de pertencimentos: lei, liderança, samba e morte**

Este capítulo tem como eixo etnográfico “o campo de relações situadas fora do contexto doméstico ou da intimidade onde as interações sociais efetivas têm lugar” (OLIVEIRA, 2002) através de eventos ocorridos em sua maioria nas arenas públicas, mas que se transformaram em acontecimentos emblemáticos para a vida na casa ao longo de uma semana que representou avanços e retrocessos para o *Quilombo Sacopã*. A semana tem início com uma vitória da família no processo de legitimação do que consideram uma obrigação moral da sociedade como um todo e especialmente dos seus vizinhos, de conferir mérito à *causa quilombola* na forma de um direito legal, na figura da aprovação definitiva de uma tecnologia social, a saber, a Lei n.º 1092, que institui a Área Especial de Interesse Cultural do Quilombo do Sacopã – AEIC Quilombo do Sacopã.

Diferente das políticas assistencialistas, que partem da premissa de que assistir aos hipossuficientes deve obedecer a uma lógica de cima para baixo, a construção de Tecnologias Sociais envolve a participação ativa das pessoas que são objeto do benefício a ser gerado por estes instrumentos na sua concepção. Não se trata da construção de um conhecimento antropológico no formato clássico, mas contribui sobremaneira para inserir pesquisadores em seus respectivos trabalhos de campo, bem como para manter uma via de comunicação permanente, que transcende desta forma os períodos regulamentares de contato exigidos no decorrer de pesquisas de graduação e pós-graduação. Interligar informações e pesquisadores, neste sentido, contribui para o diálogo acadêmico que alimenta as pesquisas. Envolve também uma concepção específica do que deve ser o contato com os grupos junto aos quais realizamos nossos investimentos etnográficos, onde a contrapartida para a abertura do grupo aos pesquisadores não se dá apenas através do texto acadêmico, produto final e reconhecido pela tradição antropológica.

Estes investimentos se enquadram na extensão universitária e se baseiam numa ampliação do princípio ético de não prejudicar os grupos com os quais se trabalha. O antropólogo, desta forma, participa ativamente da vida política do lugar, sem se tornar protagonista em substituição dos hipossuficientes, que, na verdade, através destas iniciativas, acrescentam às suas performances nas arenas públicas alguns recursos que

os distanciam desta categoria, já que o conjunto de eventos na construção destes instrumentos contribui no processo de formação de lideranças, ao lado dos encontros de lideranças quilombolas e da vida cotidiana nos espaços onde o tempo da casa é afetado pelo tempo da política.

Este caráter contribui sobremaneira para evitar o isolamento do antropólogo no campo, já que os resultados de seu envolvimento são visíveis para quem deles participa. No caso do Sacopã, percebemos nesta dinâmica as tensões entre diferentes concepções do que seria a melhor forma de participação a ser tomada nos processos de elaboração de seus direitos legais, na forma que tomou esta Tecnologia Social. Partindo destas premissas, foram realizadas reuniões com as lideranças locais, com o objetivo de trocar informações sobre a situação política do lugar e debater sobre o peso que cada iniciativa poderia ter sobre o grupo, elaborando uma proposta neste diálogo.

A Área de Especial Interesse Cultural seria uma forma de proteger legalmente a afirmação de que o Sacopã é um patrimônio cultural da cidade do Rio de Janeiro, na forma como ele é ocupado hoje. Assim, atribui aos conteúdos culturais presentes nas atividades cotidianas que são objetos de disputa entre os vizinhos uma qualidade distintiva, contida dentro de fronteiras bem delimitadas. Este instrumento, entretanto, não resolve o “paradoxo legal brasileiro”, como coloca Kant de Lima (1995), da coexistência de princípios liberais e igualitários e um sistema judicial hierárquico associado a práticas policiais discricionárias.

No entanto, as iniciativas que geram, através de processos judiciais, decisões com o efeito de proibição das práticas cotidianas da família Pinto, tem a particularidade de se basear em princípios universalistas de convivência entre vizinhos. As justificativas para a classificação das atividades desenvolvidas no local como inaceitáveis identificam a música e a comida, os sons e cheiros da família como elementos que cerceiam liberdades individuais de quem com eles convive. As qualidades próprias destas atividades que as tornariam inconciliáveis com os hábitos da vizinhança se referem ao *mau cheiro* e a *ruídos insuportáveis* ou à *poluição visual*, que se encaixam justamente na linha de argumentação desenvolvida no capítulo 1, de proibições que não tem base nas atividades em si, mas no seu conteúdo cultural: toda vizinhança produz sons, cheiros e está presente visualmente para quem participa da convivência cotidiana na ladeira. Diante disto, o que é inaceitável na vizinhança são diferenças nas noções do que aceitável, atraente, impuro e perigoso.

Estas diferenças, em hábitos tão naturalizados quanto aparentemente superficiais revelam verdadeiras fronteiras, que se manifestam num contato contra o qual não existem defesas cotidianas. As decisões judiciais, neste sentido, poderiam ser associadas a um esforço civilizatório, mas suas intenções se revelam diferentes quando pensamos no princípio sociológico da hierarquia na sociedade brasileira. Não é necessário homogeneizar e evoluir, muito pelo contrário. Quanto mais amplas as formas de distinção, mais oportunidades existem de se colocar no topo da pirâmide social (DAMATTA, 1979). Seu perigo se apresenta apenas na forma de contágio, através de um tipo de contato bem específico, inevitável entre moradores da ladeira, que motiva um estranhamento profundo de seus hábitos.

A vizinhança não oferece ambientes de isolamento, mas sim de convivência entre grupos sociais de status diferentes, como podemos perceber na frequência da transversal à ladeira Sacopã, onde existe uma rua movimentada, arborizada e com calçadas decentes, onde também passam várias linhas de ônibus. Quem frequenta a rua é conhecido do jornaleiro responsável pelo jogo do bicho, dos entregadores da quitanda ao lado ou da padaria em frente. Os taxistas e estes trabalhadores cumprimentam as pessoas que passam: porteiros, empregadas domésticas, moradores e outros prestadores de serviço do bairro, num movimento intenso ao longo de todo o dia. Não vemos apenas brancos na rua, nem na feira semanal que acontece nas proximidades da igreja e em nenhum momento é possível distinguir os moradores do *quilombo* apenas pela cor da pele. Se o *racismo* faz parte do incentivo para retirá-los do bairro, ele não está tão relacionado à *poluição visual*, mas parece muito mais ligado à identificação de quem *não se coloca no seu lugar*. A hierarquia não preparou estes moradores, portanto, para a presença da vida privada de uma família de baixa renda e hábitos diferentes dos seus. Não é o transitar pela ladeira, mas caminhar em direção às suas próprias casas que constitui uma diferença visível. Nesta esfera, do acesso à vida privada de uma família, que suas moralidades se chocam sem se conciliar. Não existe, para os envolvidos, lugar estabelecido onde se possa acomodar estas diferenças e manter suas distâncias hierárquicas.

Entre os discursos da vizinhança que se opõe tanto ao reconhecimento do *quilombo Sacopã* como à legislação em si, circula a ideia de que a *identidade quilombola* é uma invenção, forjada para obter vantagens ilegítimas de uma interpretação incoerente do que seria justiça. Como as tradições destes moradores de condomínios de classe média alta não são alvo de identificação legal específica, seus

discursos apontam para um comprometimento das conquistas que lhes eram garantidas no discurso liberal, e através dos quais concorreram, em sua visão, *como iguais* pelo sucesso em aproveitar as oportunidades legítimas num contexto *democrático*, e garantir, assim, *o seu lugar* na sociedade.

Quando a legislação forjou novos caminhos, distribuídos desigualmente, o sentimento destes moradores é que eles se tornaram invisíveis aos olhos da lei, porque reivindicavam uma identidade homogênea e anônima de cidadãos com direitos que *estão ao alcance de todos*, e através dos quais se distinguiam da grande maioria da sociedade para se identificar com grupos sociais no topo de uma pirâmide hierárquica, mas que, na sua visão, eram também acessíveis de antemão aos moradores negros da ladeira. Sua própria vida privada, nesta convivência, compromete a construção de uma distância maior entre *eles* e os *quilombolas da Sacopã*. O esforço que busca legitimar a convivência destas diferenças tem, portanto, o potencial de confrontar hierarquias e comprometer as gradações através das quais estes moradores de classe média alta se identificam, desorganizando a totalidade de suas relações.

Ambos os grupos se sentem obrigados a formular nas arenas públicas justificativas para defender os sentidos de justiça que desejam impor na convivência do bairro. O que está ameaçado através desta invasão de fronteiras é a formação de vínculos que os associem a uma dada posição social e, desta forma, localizem claramente de que lado das fronteiras cada um está. Paradoxalmente, nos ataques aos conteúdos culturais de cada unidade étnica, estas fronteiras se reforçam. É sua disputa de moralidades que determina distâncias, e apenas estas moralidades podem guiá-las.

Os conflitos judiciais, neste sentido, aparecem como um termômetro da plasticidade destas moralidades, nas vitórias, derrotas e nos momentos de ceder que fazem parte da coabitação. A questão que se coloca é se é possível definir acordos sobre os limites dos direitos do outro, para que estas fronteiras sejam respeitadas sem a necessidade de uma mediação que, ela mesma, se soma às invasões da vida privada. Parece que é nesta esfera que se encontra a plasticidade de moralidades que traria uma resposta, mas nos perguntamos, diante de mediações que persistem por mais de quatro décadas, e se apresentam através de gramáticas e espaços tão distantes do doméstico, se as batalhas judiciais tem o potencial de mediar esta alteridade.

Neste sentido, os argumentos para investir na Área de Especial Interesse Cultural partem da ideia de que, apesar do reconhecimento formal através da legislação na sociedade brasileira estabelecer metas que não atingem resultados práticos, sem esta

base legal, a família Pinto não possui defesas contra os ataques judiciais de seus opositores e, com isso, outros movimentos com o potencial de trazer resultados estariam engessados. Ao longo dos anos, reuniões e encontros com mediadores do governo e de movimentos sociais são feitos com o objetivo de estabelecer metas essenciais e urgentes para diminuir o que entendem como um déficit de cidadania que se concentra nas comunidades negras rurais e urbanas como um todo, apesar do alvo destas políticas serem, em sua maioria, apenas as *comunidades quilombolas* conhecidas e reconhecidas por serem detentoras da substância moral digna particular (MOTA, 2009, CARDOSO DE OLIVEIRA, 2002).

O projeto de lei foi aprovado em primeira instância, e em seguida vetado pelo prefeito Eduardo Paes<sup>1</sup>. A ocasião da votação para derrubar o veto, na terça-feira da semana que destacamos, era particularmente significativa, porque ali o *projeto* se tornaria *lei* ou seria abandonado definitivamente. No caso de sua aprovação, o município estaria reconhecendo a existência de um *quilombo*, com direitos específicos voltados para a manutenção de práticas culturais específicas daquela família, independente das motivações de seus vizinhos para não valorizar estas práticas, em sua visão, deslocadas daquele cenário. As esperanças dos envolvidos nesta iniciativa, portanto, são de que a lei contribua positivamente nos processos judiciais e no processo administrativo do INCRA para a garantia do território e das práticas culturais *do quilombo Sacopã*.

No dia da votação, subi à galeria da Câmara dos Vereadores para encontrar poucas pessoas. Os dois únicos membros presentes da família Pinto estavam sérios e cabisbaixos, como as demais pessoas que assistiam ao evento. O vereador Reymond falava no púlpito a favor do projeto de lei e anunciou ali o falecimento de Seu Mosquito, irmão mais velho de Luiz Sacopã, cujo enterro acontecia durante a votação. A convergência destes eventos não permitiu à família estar presente em peso na Câmara, como era esperado pela sua significação. Alguns moradores da Pedra do Sal estavam presentes e diziam que a votação não ia bem. Observamos os votos contra se acumularem, diante da presença peculiar de assessores dos vereadores Eliomar Coelho e Reymond, responsáveis por levar a lei à votação, no andar térreo, de frente para a galeria, sinalizando positivamente.

---

<sup>1</sup> Ver em anexo o projeto de lei nº 1092, o veto do prefeito Eduardo Paes e o mapa feito pelo INCRA para demarcar a área do quilombo Sacopã, utilizada também no processo administrativo de titulação das terras deste grupo.

Para nossa surpresa, no corredor de saída descobrimos que os votos contra eram, na verdade, *contra o veto* e a favor da aprovação da *lei*. Ficaram muito aborrecidos com a perda daquele momento de desfrutar as pequenas vitórias a cada voto, numa rara satisfação ao participar do tempo da política e suspender o tempo da casa. Por este motivo, apenas nos discursos na saída da Câmara presenciamos a articulação de falas sobre a significação da lei: sua aprovação neste dia era uma vitória contra aqueles que, como a desembargadora que votou pela proibição total da música no quilombo, disseram que eles *têm que se adaptar à cultura do branco*. Aliados e inimigos importantes para aquela conquista continuaram a ser mencionados e, desta forma, reconhecidos pelos *quilombolas* para explicar a convergência de um **tempo da justiça** (EVANS-PRITCHARD, 2008) que, de acordo com seus **sentimentos de justiça** (MOTA, 2009), os alcançou naquele dia através da aprovação da lei, baseado em ideais compartilhados pela família Pinto, que dizem respeito a um contexto multicultural onde estão em voga direitos diferenciais.

Luiz relatava que *estava muito emocionado, que agora se fez justiça*, e que *agora eles vão ter que nos engolir*. Dizia *eu estou muito feliz*, mas não era possível perceber as expressões disso no seu olhar ou nos seus gestos, contidos, que refletiam não apenas sua adaptação ao ambiente formal da Câmara de Vereadores, mas também a perda do último entre dez irmãos. Assim como na galeria, onde a ligação com o **tempo da casa** levou todo o grupo a não entrar em sintonia com o **tempo da justiça** (EVANS-PRITCHARD, 2008), esta sintonia também não aconteceu após a votação. Seu desafio naquele dia foi o esforço de viver em dois tempos, ao mesmo tempo presentes e ausentes na casa e na Câmara, e assim este evento se fez um espaço de expressões truncadas, densas e incompletas.

## 2. Tempos negros, tempos quilombolas: o encontro da SEPPIR

Na primeira sessão, buscamos entender como a dificuldade de promover acordos sobre a convivência na ladeira Sacopã leva ao acionamento de vereadores, advogados e juristas e professores universitários para desenvolver sua mediação com a alteridade. Neste segundo momento, nos voltamos para a dinâmica particular através da qual os atores envolvidos nesta trama buscam diálogos que levam ao processo que entendemos aqui como formador de *lideranças quilombolas* no estado do Rio de Janeiro, sem as

quais seu próprio papel como agentes nas mediações do contexto social em torno da ladeira Sacopã não poderia se realizar de maneira autônoma.

Ressaltamos o diálogo onde se formam referências a *outros quilombolas* e aos *movimentos negros* para constituir seus próprios sentimentos de pertencimento ao lugar, entendendo estes sentimentos como expressão de representações socialmente compartilhadas, atribuídas a cada *quilombo* através do diálogo onde se constitui o que o espaço público recebe como *identidades quilombolas*. Trataremos dos três dias seguintes à votação da Lei Municipal nº1092, num evento que tem grande importância para compreender a esfera formal da sociedade brasileira como mediadora das relações de vizinhança na ladeira Sacopã.

O seminário organizado pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial<sup>2</sup> (SEPPIR) teve início no dia seguinte à votação, se estendendo até sexta-feira, realizado num hotel localizado no centro da cidade do Rio de Janeiro. Reuniu representantes das comunidades remanescentes de quilombos reconhecidas ou ainda buscando uma certidão de auto reconhecimento junto à Fundação Palmares, que teriam ali a oportunidade de dialogar com representantes institucionais ligados a projetos do governo dos quais deveriam ter apoio.

O objetivo de seus organizadores era criar uma oportunidade para o governo obter um feedback dos diversos investimentos destinados às comunidades remanescentes de quilombo, através de exposições dos seus representantes sobre os objetivos e recursos de cada instância governamental ou projeto sob sua responsabilidade. Partiam da noção de que a grande dificuldade destas lideranças em acessar os benefícios trazidos por estas políticas públicas é a falta de informação e, seguindo este raciocínio, cada palestrante do governo preparou sua apresentação tentando expor, passo a passo, o que pode e deve ser exigido pelas lideranças, já que uma reclamação feita no lugar errado não é repassada ao grupo responsável por atendê-la, e metas não cumpridas já chegaram até o conhecimento da SEPPIR, indicando a dificuldade dos quilombolas de se habilitar como agentes autônomos, sabendo a quem recorrer.

Paralelamente, as lideranças teriam acesso a um material preparado para informa-los dos seus direitos, como o livro Direitos Afro-Brasileiros, uma compilação de leis, decretos e dispositivos considerados por estes membros do governo como

---

<sup>2</sup> Mais informações em: <http://www.seppir.gov.br/> Acessado em 30/03/2012.

informação essencial para a condução da vida política<sup>3</sup>. É interessante pensar nestes recursos como um esforço de difundir a oportunidade de **especialização** (CEFAI, 2012) das lideranças nos meandros técnicos importantes ao exercício da cidadania por estas populações.

A formação que de fato ocorre não é, porém, aquela que faz parte de um planejamento onde é esperada passividade diante de uma transmissão de informações, mas uma de confrontar, ao longo do encontro, a organização do evento através da imposição de uma agenda própria, onde sua principal mensagem é que as lideranças têm algo a dizer, que as propostas do governo estão defasadas quanto aos seus resultados, problemas e estratégias que podem ser acionadas para solucioná-los. Um diálogo foi, desta forma, imposto pelas *lideranças quilombolas*. Além disso, o conteúdo crucial a sua formação diz respeito ao tempo mítico, que se apresenta através dos discursos dos movimentos negros, o tempo estrutural vinculado à história de pertencimento de cada comunidade, e o tempo cíclico, onde encontros parecem se repetir sem resultados, assim como suas lutas, se confundindo com o tempo mítico.

A mesa de abertura na tarde de quarta-feira teve início com a fala de Luiz Sacopã, representando a ACQUILERJ e situando aquele encontro como uma decepção: destacando a importância dos seminários e lamentando, ao mesmo tempo, a falta de resultados dos mesmos, comentário que já gerou reações visíveis dos *membros do governo*, muitos dos quais costumavam ser também *membros do movimento*. As metas formadas a cada diálogo com os representantes do governo, desde o início dos anos 1990, quando a Constituição de 1988 começou a ser aplicada, se tornava repetitiva. Suas metas, porém, tinham como objetivo interferir na história local de cada quilombo, gerando marcos que diferenciavam tempos anteriores e posteriores a certas garantias de direito. A decepção vem da expectativa da passagem do tempo, percebida através de mudanças marcadas na sua história, mas estas nunca acontecem, e o tempo parece não passar ou não se repetir. Sua fala termina num contraste com a *vitória emocionante* que foi a aprovação da lei municipal nº1092, que seria considerada um marco no futuro para a história da comunidade, localizada pelas próximas gerações num tempo estrutural. No entanto, foi apenas na fala a seguir, de Ronaldo Santos, representando a Coordenação

---

<sup>3</sup> Ver em anexo índice do livro de 132 páginas, edição de bolso distribuídas nas pastas do evento. Entre a legislação divulgada estão a Declaração Universal de Direitos Humanos, o Estatuto da Igualdade Racial e a lei que cria a SEPPPIR, discriminando seus objetivos. Ver também o Relatório do Programa Brasil Quilombola 2009, disponível em <http://www.seppir.gov.br/acoes/pbq> (acessado em 31 de março de 2012).

Nacional de Articulação das Comunidades Negras Quilombolas Rurais (CONAQ) e o quilombo do Campinho, que foi mencionada a morte de Seu Mosquito, ao lado do falecimento de Caveira e de Vó Rosa: *as pessoas estão descansando e não estão vendo as comunidades regularizadas*. A preocupação, portanto, é reforçada aí com a passagem das pessoas pelo tempo estrutural: o contexto social onde estas pessoas foram acolhidas e onde passaram sua vida integradas continuará a existir sem elas. Sua morte, porém, rompe com as chances de naturalizar a percepção do tempo da justiça como um estrutural.

A integração com os movimentos negros aparece em todas as falas: uma aclamava uma unidade nacional dos quilombolas, através da luta do povo negro desde a escravidão (ARAÚJO, 2013), que construiria unido *uma nação dentro de uma nação*. Esta abordagem encontra os limites do **tempo histórico**, possível de se localizar através da contagem de séculos e espaços, que se fazem de forma imprecisa e sem maiores preocupações, pois seu valor, na verdade, está ligado à explicação de costumes de significado geral, que podem ser acionados por qualquer quilombola e qualquer afrodescendente do ponto de vista da opressão. Trata-se, portanto, do **tempo do mito**, onde as comunidades remanescentes, na sua particularidade histórica e cultural, existem em conjunto a partir de um passado remoto (EVANS-PRITCHARD, 2008)

Apesar da pauta sempre extensa, as razões para que não seja possível contar com a presença de todas as lideranças é um dos tópicos recorrentes nestes encontros. Problemas de transporte, resultado de falhas na organização e falta de recursos, fazem o sangue ferver durante as falas que esmiúçam detalhes de vans contratadas que se recusaram a buscar as lideranças nas comunidades, argumentando que seus carros quebrariam nas estradas de terra em condições precárias, que atendem muitas comunidades na área rural. Além da ligação rodoviária precária, muitas delas não contam com serviços de telefonia, e por este motivo os *quilombolas* precisaram se deslocar das suas casas até a BR-101, num ponto estratégico onde é possível receber uma ligação de celular lhes permitiria organizar o dia seguinte.

A solução oferecida foi péssima para os moradores, que não possuem carros e não dispõem de transporte público em horários variados na sua região: foram obrigados a esperar as vans fora de suas *comunidades*, no meio do caminho, em outros distritos ou no meio da BR-101 de madrugada, às 5 horas. Como não dispunham de transporte até aquele local, precisaram acordar às 2 horas da manhã e caminhar até o ponto de encontro, distantes até 15 quilômetros de suas casas. Algumas destas pessoas, no

momento em que a van chegou, receberam a informação de que não havia vagas suficientes, e precisaram retornar às suas casas, impedidas de comparecer ao encontro. As lideranças das comunidades que conseguiram chegar ao encontro estavam presentes naquela reunião, algumas delas completando quase 24 horas sem dormir, no primeiro dia de uma jornada extenuante.

Diante da vitimização nos discursos sobre os problemas de transporte, as lideranças precisam lidar com os pormenores da narrativa destes acontecimentos, formulando soluções direcionadas para a autonomia destes grupos na organização das suas atividades, bem como para o trato dos mediadores que organizam os encontros. Uma série de detalhes e versões se desenrolam, desviando de forma cansativa e aborrecida o foco da discussão. Ele passa da vitimização das situações vividas pelo negro ou mais especificamente pelas comunidades quilombolas no dia a dia para uma discussão burocrática, sobre a dinâmica destes eventos. Na repetição cíclica dos eventos, o tratamento subalterno dispensado às lideranças encontra o tempo do mito, onde mudanças parecem não ter alcançado os quilombolas mais do que qualquer afrodescendente. O assunto se distancia da formação de uma vida pública das comunidades que trate de assuntos urgentes, com o potencial de transformar estes eventos em acontecimentos, caso os objetivos destas reuniões fossem alcançados.

É desta forma que as dificuldades de transporte e comunicação se tornam objeto de dispersão e de enfraquecimento do movimento quilombola, como ressalta Luiz Sacopã, em uma de nossas conversas: *o problema, Luiza, é que é assim toda vez. Nós ficamos presos nestes assuntos, e não discutimos o principal, o motivo para nós estarmos aqui.* No entanto, a forma de tratamento pelas organizações destes eventos também é pode ser conduzida de forma a reforçar a opressão ou promover sentimentos de cidadania. Como diz Adriano, membro da diretoria da ACQUILERJ pela comunidade da Marambaia, *é preciso aprender a agir como iguais e a pensar em si mesmos como pessoas que merecem ser tratadas assim.*

A reivindicação de direito a um tratamento digno antes, durante e depois dos encontros possui muitos desdobramentos, como revela um episódio que presenciei no dia seguinte: uma das lideranças se dirigiu, em particular, a uma das organizadoras do encontro, ligada à SEPPIR. Eu estava lhe pedindo uma pasta com os papéis do evento quando este senhor de idade, de um quilombo rural, se aproximou e lhe perguntou se seria possível conseguir uma cópia da programação, que estava faltando em sua pasta. Ela lhe respondeu de forma ríspida, como quem espanta uma mosca aborrecidamente. O

senhor então abaixou a cabeça, ainda próximo à mulher igualmente negra que levantava o queixo, e se afastou. O regozijo da mulher não deixava dúvidas de que ela, naquele momento, se sentia uma autoridade (ou, na linguagem do movimento negro, se sentia uma *branca*) e que se valeu da surpresa de um senhor desarmado, que se pensava *igual*, para descontar sua frustração de não conseguir fazer o mesmo nos momentos públicos daquele evento. A frustração desta agente ficou evidente ao longo de todos os três dias onde foi obrigada a se submeter às pessoas presentes, que reverteram os espaços de diálogo e a ordem de autoridade ali.

### 3. Distâncias do tempo da política

Para que o **estigma** como é usado em Norbert Elias (2000) opere, colocando um negro *no seu lugar*, este precisaria partir não apenas do exterior, mas das concepções destas pessoas sobre si, se constituindo, desta forma, como sujeitos e objetos desta classificação hierárquica. Entre adversidades que fazem parte desta vida política, onde habitam suas representações sobre eles mesmos como **estabelecidos** (ELIAS, 2000), pode coexistir o espaço para que o tipo de humilhação descrita na situação acima tome lugar.

Uma das narrativas de Luiz, da ocasião em que sua sobrinha estava no Plaza Shopping<sup>4</sup> e passou pelos detectores de mercadorias não-vendidas localizados nas entradas da Leader, grande loja de departamentos. O aparelho defeituoso disparou, emitindo o som constrangedor que na verdade emite todo o tempo, inclusive quando pessoas com produtos comprados em outras lojas passam por ali.

É interessante comparar o constrangimento que se seguiu à mesma situação vivida por mim, uma jovem mulher branca de classe média, acionando o mesmo equipamento. O segurança ouviu o apito quando passei e eu olhei pra trás constrangida, encontrando seu olhar, também preocupado. Meu constrangimento poderia ser interpretado como culpa, já que não tive a firmeza de parecer insultada pela máquina. No entanto, não fui incomodada pelo segurança, provavelmente já acostumado ao funcionamento duvidoso do aparelho. O mesmo, porém, não aconteceu com a sobrinha de Luiz: o segurança exigiu que ela mostrasse todo o conteúdo de sua bolsa e de suas sacolas de compras, para algumas das quais ela não tinha nota fiscal, como acontece com toda bolsa de mulher. No entanto, o segurança, a esta altura já acompanhado de

---

<sup>4</sup> Centro de compras na região central da cidade de Niterói.

outro colega de trabalho e do gerente da loja, a fizeram sofrer enormes constrangimentos, ao que ela respondeu, não com a petulância e agressividade que normalmente se espera no Brasil como resposta a um **insulto moral** (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2002), mas com a fragilidade e surpresa que muitas vezes acompanham pessoas desarmadas contra *injustiças* e contra a atenção negativa que a condição do negro no Brasil chama no dia-a-dia.

A solução foi ligar para o tio. Liderança entre movimentos negros, Luiz com frequência precisava articular os sentimentos de justiça elaborados através das muitas situações vividas dentro e fora da sua vida política, para *se garantir* no dia-a-dia. Ao confrontar em várias situações discursos que legitimam os movimentos negros e quilombolas, é possível para Luiz, mais do que para as pessoas que não se engajam neste tipo de elaboração sobre a vida cotidiana, defender-se e exigir um tratamento justo para si e para os outros, na vida política e no dia-a-dia. É através destas elaborações e da expectativa de vê-las se desdobrar no cotidiano que esta filosofia em constante construção vai fazendo parte da história dos movimentos sociais e daqueles envolvidos na sua esfera de ação.

Neste caso, foi a esfera familiar que chamou Luiz a agir. Ele precisou se deslocar até Niterói para ajudar a sobrinha, que, a esta altura, diante das insinuações e constrangimentos acumulados, já demonstrava um descontrole emocional muito grande, o que tornava ainda mais difícil convencer os seguranças da injustiça que estavam cometendo. Naquela semana fui até sua casa, e ao conversar com ele, seus sentimentos teciam uma complexa trama: por um lado, a postura dos seguranças é justamente do *racismo* que se combate no movimento negro. Aquela foi uma oportunidade de resistir, em pequena escala, a uma atitude *preconceituosa e injusta*, já que, acostumado a articular estes discursos em situações muito mais hostis e sendo um excelente orador, Luiz pôde *dar uma lição de moral*.

Vencer este debate, porém, não lhe trouxe satisfação. Por um lado, ter sucesso em tirar a sobrinha dali reforça sua competência, reconhecida por todos ao seu redor. Para os seguranças, porém, seu discurso tinha o potencial de chacoalhar as suas crenças, mas um pessimismo vindo da sua experiência de vida lhe dizia, no fundo, que não é possível ter certeza de que eles foram convencidos pela sua argumentação. Na verdade, existia ali uma grande possibilidade das *respostas automáticas* presentes nos *discursos racistas* serem acionadas (as quais ele sempre tem o cuidado de identificar em suas conversas comigo), impedindo uma reflexão maior por parte dos seguranças. Existia,

portanto, uma possibilidade real de seu discurso ter sido feito em vão, e do constrangimento de sua sobrinha se repetir cotidianamente com outras pessoas, pois não é possível saber se os seguranças têm a intenção de refletir sobre a sensibilidade maior ou menor com que tratam o público em sua profissão, especialmente em se tratando de pessoas que, na sua visão, normalmente *estão no erro, são histéricas*, ou mesmo que estão *tentando tirar vantagem da situação*, apoiados no que entendem como as *desculpas* presentes nos discursos dos movimentos negros.

Mas a prática cotidiana dos seguranças é apenas parte de sua preocupação. Sua sobrinha não conseguiu naquela ocasião lidar com as pressões do seu cotidiano, e precisar de ajuda nestes momentos é um problema comum para muitas pessoas. Ele se perguntava, então, o que aconteceria se ele não pudesse se deslocar até Niterói para defendê-la. Este tipo de empasse nas performances cotidianas faz parte de suas preocupações sobre a sustentação da vida política do *quilombo*, quando pensa na sucessão da liderança no Sacopã, uma vez que estas situações também acontecem na política, onde mecanismos *racistas* de constrangimento podem ser acionados em meio a negociações. Além de saber como representar seu quilombo, uma liderança precisa defender a si mesma diante de um desrespeito. Como vimos no evento da SEPPIR, mesmo se tratando de outro negro do outro lado da negociação, no Brasil não é a cor da pele que define o tratamento como iguais, mas uma complexa equação situacional, onde hierarquias de toda sorte se sobrepõem.

A linguagem corporal, a disposição física para se engajar em debates (ou embates) de duração extenuante e o vestuário são alguns destes mecanismos de hierarquização que operam nas arenas públicas. Luiz não tem dinheiro para se vestir como um advogado, com terno, gravata e sapatos caros, assim como a maioria dos ativistas dos movimentos negros e a resposta a isso é a autoridade das roupas identificadas com a *cultura afro*. Não são apenas acessíveis economicamente, como são também um mecanismo de enfrentamento. A performance envolvida no vestuário se inicia no momento em que o indivíduo se prepara para sair de casa, se intensifica e tem seu ápice nos momentos de confronto, e termina quando, ao chegar a sua residência, o quilombola pode tirar o chapéu, vestir sua camisa branca e sua bermuda jeans, calçar seu chinelo e tomar um café. A roupa, neste sentido, compõe a atenção do falante e do ouvinte, e dessa forma combate a autoridade que os coloca numa posição de inferioridade. Traz a dignidade pela diferença, que, em seus discursos, é chamada *diferença cultural*.



Foto 1: Cerimônia da Fundação Palmares reconhecendo o Quilombo Sacopã (Fonte: O'DWYER, 2009)

A ocasião da Cúpula dos Povos, evento turístico paralelo à Rio +20 ao qual comparecemos para frequentar o espaço reservado para a ACQUILERJ e o quilombo Sacopã, realizado no Aterro do Flamengo, nos ofereceu um exemplo bastante significativo da dificuldade de liderar as atividades relacionadas à divulgação de um *quilombo*. O lugar fervilhava com debates, shows de rock, dança cigana, apresentação de índios Pataxós e dos ritmos do Candomblé com direito a muita dança, além de pessoas que passeavam e relaxavam naquele ambiente. Depois de muita procura para achar a Tenda 10, descobrimos que a mesma estava reservada para o uso paralelo do movimento feminista. Para ocupar aquele espaço aberto, os membros da família Pinto que pudessem faltar ao trabalho precisariam levar e trazer seu material todos os dias, e lidar com a dificuldade de se comunicar com um público cuja atenção estaria dividida com uma atração paralela. Apesar da importância de ocupar um espaço reservado para o *quilombo*, especialmente para que eles sejam chamados novamente num evento onde seja possível obter maior destaque, o esforço não compensava, e a tenda, como várias outras, ficou vazia a maior parte do tempo. Com o tempo livre, procuramos alguma manifestação quilombola no restante do evento.

Encontramos Damião e Lúcia, lideranças da Pedra do Sal, desanimados num quiosque vazio, decorado com um banner divulgando *o angu tradicional do quilombo Pedra do Sal*. Naquela manhã dois agentes da vigilância sanitária passaram pelo quiosque e abordaram os jovens que organizavam a comida para vender durante o evento. Derrubaram no lixo os três panelões de angu preparados na véspera e jogaram detergente por cima, num espetáculo humilhante que deixou de cabeça baixa os jovens responsáveis pelo local. Tentaram, ainda, levar as panelas, o que a filha de Lúcia conseguiu impedir.

Conversando com a dona do quiosque ao lado que vendia produtos orgânicos, descobrimos que os agentes levaram deles 50 sanduíches sem selo de validade, e por esta atitude se justificaram, insinuando às moças que trabalhavam neste estande que, se não o fizessem, o contraste com o tratamento dispensado aos comerciantes do quiosque da Pedra do Sal poderia lhes trazer problemas. De fato, o regulamento exige que a comida seja separada em quentinhas refrigeradas, e que as mesmas sejam aquecidas na hora. Durante o samba da Pedra do Sal, porém, a comida sempre foi mantida em panelões, o que não prejudicava a sua qualidade. Os discursos assim formavam uma oposição entre as normas da Secretaria de Saúde do município, aplicadas universalmente, e os cuidados com o público que eram fruto desta *tradição*.

Alugado por R\$1.800,00, o quiosque ficou apagado, com pessoas sem material e sem dinheiro para fazer mais comida ou pagar o aluguel, esperando uma resposta da organização do evento, enquanto duas possibilidades de cobrir o prejuízo minguavam. Pediram nossa ajuda para divulgar estes *abusos* facebook, e disseram que um comunicado seria feito numa plenária do próprio evento, diante da presença de 500 quilombolas de todo o Brasil.

Ao conversar com Luiz Sacopã sobre a repercussão do ocorrido, descobrimos que ele sequer sabia deste caso. Sua revolta contra o que, na sua visão, é claramente um ato de *racismo*, se soma ao julgamento negativo que faz sobre estas lideranças: não houve divulgação na internet ou na plenária *quilombola* daquele dia, não houve pedido de ajuda e, quando o ressarcimento do valor do quiosque não foi obtido, as lideranças não se posicionaram. Agiram como a sobrinha de Luiz diante das agressões racistas dos seguranças da loja de departamentos. Esta postura de passividade vinda de ativistas de um movimento social representa problemas de liderança, bem como a raridade das qualidades necessárias para o seu exercício.

É neste sentido que as longas discussões sobre os problemas de transporte até os encontros são valorizadas. Definir, na prática, o que são atitudes razoáveis a serem tomadas para exigir eficazmente um tratamento digno tem o potencial de se projetar sobre outras situações, como no caso de um tratamento humilhante contra *negros* e *quilombolas* por parte de agentes da prefeitura, seguranças de shopping center, ou mesmo agentes de instituições cujo objetivo é promover a igualdade racial. É neste sentido que podemos pensar nestes encontros de *quilombolas* como locais privilegiados de troca de experiências e de formação de líderes, capazes de transitar nas arenas

públicas mesmo quando isto significa lidar com situações onde são tratados como inferiores.

#### **4. Ocupando espaços institucionais: reorganizando o encontro da SEPPIR**

Ainda na primeira noite do seminário da SEPPIR, era preciso definir a posição a ser tomada diante da programação<sup>5</sup>. Estava claro para os *quilombolas*, na organização das falas, que as vozes privilegiadas naquele encontro eram do Estado e não das pessoas que se esforçaram para estar presentes e representar comunidades cuja maior dificuldade é divulgar suas causas. Decidiram, então, fazer e impor sua própria programação.

No segundo dia, quando a mesa institucional se formou no pequeno palco que os colocava acima do público no auditório, os *quilombolas* fizeram uma roda no fundo da sala, de costas para a mesa. Insultados, os palestrantes tentaram colocar ordem na situação: pegaram o microfone, que não estava sendo usado, para dizer que a mesa teria início naquele momento, e que todos deveriam se dirigir aos seus lugares. Foram solenemente ignorados, pois naquele momento segundo a agenda programada na noite anterior, os problemas de transporte e alojamento seriam discutidos. Os representantes da SEPPIR ainda tentaram dizer que em dez minutos a mesa teria início, mas a discussão durou cerca de uma hora, delegando tarefas e buscando soluções para os problemas que não foram expostos na noite anterior, antes que todos tomassem seus lugares voltados para a mesa.

Quando finalmente os palestrantes, já constrangidos, acreditaram que a mesa teria início, os *quilombolas* tomaram posse do microfone. Não havia espaço na programação para reclamações sobre o transporte e o alojamento, seguidas da exigência de uma resposta da organização, que resistia a esta imposição de pauta. Uma vez que os problemas começaram a ser expostos, porém, os organizadores se mostraram surpresos, e passaram a buscar, através de uma atitude compreensiva, um diálogo a partir da imposição do tempo dos *quilombolas*. Este entendimento, porém, cessou quando outras pautas começaram a surgir: a exigência de diálogo na formulação da programação do seminário, onde os *quilombolas* alegavam a necessidade de tempo para expor suas próprias pautas, entrava em confronto com a própria concepção do que deveria ser um seminário. Os organizadores ressaltavam que o tempo dos palestrantes era limitado, e

---

<sup>5</sup> Veja a programação oferecida pela SEPPIR em anexo.

que o evento foi organizado para que suas exposições fossem ouvidas, seguidas de perguntas ao final, otimizando o espaço para debates. Para os quilombolas, esta ordem do discurso não permite o diálogo, já que o tempo reservado para debates é sempre limitado e, dependendo dos atrasos, pode ser simplesmente cortado.

Depois de cinco exposições de lideranças quilombolas, quando finalmente o microfone foi cedido aos organizadores do evento, suas falas continuaram a ser interrompidas: as autoridades eram conhecidas por algumas lideranças, que questionavam promessas não cumpridas e o papel atribuído em suas falas às instituições que representavam, mas cujos resultados não chegavam a ser alcançados. Este confronto se intensificou à tarde, quando teve início a construção de um relatório sobre o andamento das políticas públicas aplicadas nas comunidades e a elaboração de propostas que pudessem solucionar seus problemas, formando um Plano de Trabalho a ser enviado ao governo federal.

Como antropólogos, estávamos felizes com a densa e riquíssima oportunidade de acompanhar o evento, porém, não era possível deixar de desejar alguma forma de alívio da tensão de trabalhar numa reunião da *classe política quilombola* do estado do Rio de Janeiro. Os almoços podem ser momentos importantes de articulação para a maioria dos presentes, cansados e sem intervalo na obrigação de agarrar raras oportunidades, mas quando nos sentamos à mesa na sexta-feira, na companhia de Bráulio e Cláudio, nos vimos diante de pessoas que faziam parte do nosso convívio no campo. Ambos usaram suas habilidades como anfitriões para aliviar as tensões passadas naquela manhã, nos afastando um pouco das expectativas *dos trabalhos da tarde*. Entre um assunto e outro, comentamos como os *quilombolas*, apesar de tantas dificuldades, alcançaram conquistas importantes em termos de qualidade de vida, como no caso deles, moradores da Lagoa.

Foi neste clima agradável que Júlio César comentou sobre a origem humilde de sua família, motivo pelo qual ele *sabia* bem o que significavam algumas dificuldades que pontualmente podíamos observar nos quilombos, muito embora a totalidade da sua experiência fosse muito distinta, já que ele não era quilombola. De uma forma muito tranquila, Cláudio lhe pergunta: *Mas por que você não é quilombola?* Diante desta saia justa, Julio responde que não tem a história e a vivência que o caracterizaria como tal, nem o vínculo com um território marcado por uma história de luta.

A conversa continua por um tempo, discutindo se a cor da pele que marca uma descendência africana e o vínculo histórico provável com a escravidão, aliados ao preconceito de que é alvo o brasileiro negro, e a baixa renda *per capita* do grupo de

origem não deveriam ser suficientes para que uma pessoa se entenda como quilombola, afinal, todos deveriam ser sujeitos de direito e ter acesso a políticas públicas que os ajudassem a competir em pé de igualdade com os brancos e as famílias de classe média pelas oportunidades de inserção no mercado de trabalho e nas demais esferas da vida social.

Até que ponto podemos falar em direitos de cidadania, se estes direitos jamais poderão ser almejados por todos? Nos sentimentos de justiça expressos aí por Cláudio, a legislação que os identifica como quilombolas deveria ter pelo menos o potencial de estar acessível para todos, já que, no caso de sua comunidade e de outras com as quais ele tem contato, esta foi a única forma de buscar o direito de não ser *perseguido pelas pessoas que detém o poder na nossa sociedade*. Neste dia, Julio não se convenceu, como antes dele a antropóloga Mírian Alves também não passou a se considerar quilombola, mesmo diante das impressões de ambiguidade com que as diferenças entre *eles*, populações tradicionais, e nós, se construíram durante aquele almoço.

Não chegamos a uma conclusão definitiva, em parte porque o movimento de retorno *aos trabalhos* dos quilombolas que ocupavam praticamente a totalidade daquela sala de jantar já estava próximo do fim. Ao sair do restaurante do hotel, porém, reparei que as histórias de taxista, de surfe e de *quilombolas* deixaram a mim e ao meu colega mais relaxados do que nossa companhia na mesa. Visivelmente, as lideranças ao nosso redor se distanciaram menos do que nós dos problemas discutidos no auditório ao lado, naquele mesmo andar, provavelmente porque nossa vida é marcada de uma forma bem diferente por aquelas discussões, por laços bem menos perenes em nossa vida social. As histórias nas quais estão entretecidos os antropólogos, por maior que seja o exercício de empatia quando frequentamos suas casas, suas audiências judiciais e os momentos de encontro de seus movimentos sociais, nos envolvem de forma distinta, e em nosso relaxamento nesta pausa *do trabalho* esta distância ficou evidente.

## **5. O samba no Beco do Rato e a Missa de Sétimo dia de Seu Mosquito**

Por fim, apresentaremos o retorno à casa, que tem início no sábado da mesma semana, na comemoração da aprovação da lei. Sua forma é aquela do *tradicional samba com feijoada do quilombo Sacopã*, que não teve lugar, no entanto, no próprio *quilombo*, consequência dos processos judiciais que *ainda* barravam as manifestações culturais naquele espaço, sobre as quais se esperava que a nova lei trouxesse alguma proteção, através da continuidade da sua presença nas arenas públicas.

A última sequência de eventos antes da proibição total do samba foi particularmente perturbadora da ordem, tanto para os quilombolas quanto para o desembargador que mora na localidade e é a principal figura que dá movimento aos processos. O samba transcorria com tranquilidade há tempos, tendo início por volta das 14 horas e terminando, normalmente, entre 19 e 22 horas. Neste dia em particular, eles faziam a comemoração do aniversário de uma das lideranças do movimento negro e, mais do que de costume, a festa estava repleta de ativistas políticos. O advogado do desembargador apareceu no final da tarde dizendo que a festa deveria ser interrompida, e durante um bom tempo ele discutiu, sozinho, com as pessoas que se reuniam à sua volta. Para ele, a legitimidade da sua posição e imposição sobre todo o grupo lhe permitiria ter sucesso, mas esta empreitada se revelou bem mais complexa: discursos que recorriam à ligação do lugar com ancestrais da época da escravidão, ou à presença atual como símbolo histórico de resistência e de construção positiva da imagem *quilombola* foram tecidos com habilidade, enquanto o restante dos convidados demonstravam estar diante de um **insulto moral** (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2002). O advogado saiu derrotado, mas imediatamente começou a acionar suas redes de sociabilidade para prejudicar os *quilombolas*: trancamento de portões, restrições de horários para festas e, finalmente, a proibição de fazer o samba. O desembargador, porém, não passou incólume desta iniciativa. Há tempos ele não é visto andando pela ladeira, fato que rendeu muitos comentários no quilombo, onde o ressentimento pela proibição da festa é lembrado com a afirmação da certeza de que em algum momento esta decisão será revertida, afinal, eles são um *quilombo* e, entre os *direitos* garantidos pela Constituição, estão as suas práticas culturais.



Foto 2: Policiais fechando os portões.

Retomando a semana em questão, no sábado, dia 11 de agosto de 2012, estava exausta da participação no seminário da SEPPIR, e podia imaginar que organizadores e

quilombolas compartilhavam aquele estado físico. Luiz comenta com frequência como esta rotina é desgastante, emocional, física e intelectualmente. Naquele dia, porém, era preciso comemorar a aprovação da lei municipal que transforma o Sacopã em Área de Especial Interesse Cultural. Para esta ocasião, quando, apesar do *tradicional samba com feijoada da Sacopã* ser enquadrado como patrimônio cultural a ser protegido por esta legislação, ainda estava em vigor a proibição de sua realização na casa, a festa teve lugar no Beco do Rato<sup>6</sup>, um bar na Lapa famoso por acolher rodas de samba.

Como nas festas realizadas no quilombo, estavam presentes antropólogos, historiadores, amigos da família, parentes que residem na periferia, os vereadores Reymond e Eliomar Coelho, bem com outras pessoas que participaram dos movimentos da elaboração do projeto e de sua aprovação. Após cantar com sua banda, entre uma música e outra fazendo sua tradicional performance lembrando a todos o motivo daquela comemoração, Luiz Sacopã chamou a família para fazer uma homenagem a Seu Mosquito. Os membros da família mais próximos ao falecido leram uma carta, trocaram abraços e se emocionaram, neste momento de encontro entre o tempo da casa e o tempo da política (EVANS-PRITCHARD, 2008).

Por último, a missa de sétimo dia de Seu Mosquito, realizada na mesma igreja onde sua irmã cantou como solista durante toda a vida, completa este ciclo, permitindo enfim aos membros da família envolvidos pelo tempo da política viver o luto do tempo da família (EVANS-PRITCHARD, 2008). Foi assim que, na mesma igreja onde cantava Tia Neném e onde, naquele dia, foi realizada a missa de dia dos pais, que Luiz e Cláudio puderam realizar este retorno.

## **Bibliografia**

ARAÚJO, Melvina; ALMEIDA, Sabrina. *Reconhecimento de terras e emergências étnicas: o caso da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol e do Quilombo Morro Seco. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 2013.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto. **Direito Legal e Insulto Moral: dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

DAMATTA, Roberto. *Você sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil*. In: **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979 pp. 139-193.

---

<sup>6</sup> Ver panfleto em anexo. Quando a proibição parecia ter o potencial de se estender por algum tempo, encomendaram cinco mil unidades destes panfletos, que anunciavam o samba da Sacopã no Beco do Rato.

ELIAS, Norbert. Os Estabelecidos e os Outsiders. **Rio, Jorge Zahar Ed, 2000.**

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer:** uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. São Paulo: Perspectiva, [1978] 2008.

KANT DE LIMA, Roberto. **A polícia na cidade do Rio de Janeiro.** Seus dilemas e paradoxos. Rio de Janeiro: Forense, 2ª edição, 1995b.

KANT DE LIMA, Roberto; MOTA, Fabio Reis; PIRES, Lênin. **Efeitos da Igualdade e da Desigualdade no espaço público da Amazônia.** In: Deborah Lima (org). Diversidade Socioambiental nas Várzeas dos rios Amazonas e Solimões. Manaus: IBAMA, PróVárzea, 2005.

MOTA, Fábio Reis. **Cidadãos em toda parte ou cidadãos à parte:** demandas de direitos e reconhecimento no Brasil e na França. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia/UFF, 2009.

O'DWYER, Eliane Cantarino (coord.); ALVES, Mirian; NEDER, Renata. **A família Pinto e as políticas de reconhecimento do estado brasileiro.** Relatório Antropológico. UFF/FEC/ INCRA/GAP, 2007.

THÉVENOT, Laurent. **Des Institutions em Personne:** une sociologie pragmatique em dialogue avec Paul Ricoeur. Etudes Ricoeuriennes, 3(1), 2012.

VIDAL, Dominique. **A linguagem do respeito.** A experiência brasileira e o sentido da cidadania nas democracias modernas. Dados, vol.46, no.2, Rio de Janeiro, 2003. ISSN 0011-5258.